

ACTA Nº 19
SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA
REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2004

Aos vinte e cinco dias do mês de Junho de dois mil e quatro, nesta vila de Borba e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu pelas 20:45 horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO UM: Período de antes da Ordem do Dia:

PONTO UM PONTO UM: Leitura de expediente.

PONTO UM PONTO DOIS: Outros assuntos de interesse para a Autarquia.

PONTO DOIS: Período para intervenção do público:

PONTO TRÊS: Período da ordem do dia:

PONTO TRÊS PONTO UM: Análise conducente à aprovação da acta nº 17, da sessão de 25 de Abril de 2004.

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Eleição de um membro da Assembleia Municipal para integrar a Comissão Municipal de decisão sobre o licenciamento comercial.

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Apreciação sobre as actividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.

O Presidente da Assembleia Municipal (Sr. Augusto Guégués): Boa noite. Está aberta a sessão. Vamos proceder à chamada.

O Presidente da Assembleia Municipal: mandou realizar a chamada verificando-se a presença dos seguintes membros: Diogo Manuel Canhão Sapatinha, Carlos Manuel de Almeida Cabral, Mário Joaquim Trindade de Deus, Maria Filipa Almeida, António José Moura Proença, Rui Manuel Bacalhau, António Andrade, Ivone da Conceição Espiguinha, Augusto Manuel Guégués, António Moura Lopes, Francisco Ramalho Mendes, Norberto João Figueiras Alpalhão, Luís Manuel do Nascimento, Jerónimo João Pereira Cavaco, Jacinto Mouquinho, Joaquim Manuel Grego Esteves, António José Lopes Anselmo, António José Barroso Paixão, José António Carapeto Dias. Verificou-se a ausência dos membros Joaquim Maria Godinho Veiga e Joaquim Manguinhas (que foram substituídos).

O Presidente da Assembleia Municipal: Vamos dar início à ordem de trabalhos.

PONTO UM: Período de antes da Ordem do Dia:

PONTO UM PONTO UM: Leitura de expediente.

O Membro António Proença : Boa noite. Infelizmente o expediente é como sempre, pouca gente nos escreve. De maneira que não há nada para dizer. De qualquer modo, tenho aqui toda a correspondência recebida e expedida do período da última Assembleia até à presente. Se alguém, de facto, a quiser consultar está aqui à disposição de qualquer um dos deputados. Muito obrigado.

PONTO UM PONTO DOIS: Outros assuntos de interesse para a Autarquia.

O Presidente da Assembleia Municipal (Senhor Augusto Guégués): Portanto, eu perguntava novamente à Assembleia, em relação ao primeiro ponto. Está esgotado? Passaríamos, então, ao segundo ponto: "Outros Assuntos de Interesse para a Autarquia". Doutora Filipa, se faz favor.

O Membro Filipa Almeida : Boa noite, senhor Presidente, caros colegas, eu vou apresentar um voto de pesar. Apesar de estarmos num ambiente alegre e descontraído, há coisas que penso que não podemos deixar passar sem uma palavra desta Assembleia. Tentei neste documento e peço desculpa de não estar assinado, esqueci-me, mas depois já, já vou assinar. Depois entrego este, porque este tem uma frase que falta aí e que o Luís Nascimento me fez lembrar agora quando estávamos aqui, antes mesmo de começar a

Assembleia. Tentei, neste voto de pesar, incluir duas matérias que, no fundo, são a mesma matéria, mas referentes a duas personalidades que todos nós, com certeza, sabemos a quem me estou a referir e vou passar a ler. "A Assembleia Municipal de Borba, reunida a vinte e cinco de Junho de dois mil e quatro (25/JUN/2004), expressa grande pesar pelo desaparecimento de duas figuras públicas deste país recentemente falecidas, Lino de Carvalho e António Sousa Franco. O primeiro, Lino Carvalho, era membro do Comité Central do PCP, deputado eleito pelo nosso distrito à Assembleia da República desde mil novecentos e oitenta e sete (1987), era Vice-Presidente da mesma e membro da Assembleia Parlamentar do Concelho da Europa. Era também, como nós, autarca eleito na Assembleia Municipal de Évora. É justo lembrar a sua permanente disponibilidade para levar ao Parlamento os problemas do Alentejo, em geral, e do distrito de Évora, em particular. Não foram poucas as vezes que se deslocou ao nosso concelho para ouvir trabalhadores, empresários, colectividades, representantes de serviços públicos sempre com o objectivo de melhor conhecer, para melhor poder representar as populações. O segundo, António Sousa Franco, cabeça de lista do Partido Socialista nas eleições para o Parlamento Europeu, destacou-se na política nacional como Presidente do Tribunal de Contas e Ministro das Finanças do primeiro Governo Socialista de António Guterres, tendo sido responsável pela entrada de Portugal no núcleo fundador do euro. Professor de Finanças Públicas, era Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Direito de Lisboa, da Universidade Clássica. Independente das circunstâncias diversas que envolveram estas duas mortes e das diferenças entre o deputado Lino de Carvalho e o professor Sousa Franco, queremos deixar aqui o nosso pesar conjunto porque, à sua maneira e defendendo projectos diferentes, cada um deles soube, com competência e militância, contribuir para um Portugal mais justo e mais humano. Como alguém disse naqueles dias, a morte, às vezes, parece escolher os melhores".

O Presidente da Assembleia Municipal (Senhor Augusto Guégués): Eu passaria a palavra, provavelmente, ao senhor engenheiro Cabral porque, provavelmente, irá intervir.

O Membro Carlos Cabral : Queria, primeiro pedir que este voto, como é evidente, fosse votado por unanimidade. Agradecer à Bancada da CDU por ter entregue este voto e prestar publicamente a minha homenagem a uma pessoa que conheci em setenta e cinco/setenta e seis (75/76) e que pela qual tenho grande admiração e respeito, principalmente, não só pelo seu papel de deputado, mas principalmente pela sua luta em torno da Reforma Agrária sobre a qual, ainda no último mês, acabou de publicar um livro, trabalhando no tempo presente, ideias novas para uma questão magna que foi do nosso país; e que, do meu ponto de vista, continua a ser que é a questão da terra e da propriedade da terra. Tive o prazer de conhecer o Lino de Carvalho, tinha uma grande admiração por ele e queria associar-me publicamente a prestar essa homenagem. Felizmente para mim, também tive o prazer de conhecer o António Sousa Franco a um nível diferente, os homens são todos diferentes, foi também um lutador por aquilo em que acreditava e foi um homem de uma grande hombridade e honestidade: honestidade intelectual e honestidade pública que é uma coisa que vai falhando nos dias de hoje. Logo, gostaria, de facto, de agradecer à Bancada da CDU este voto e propor a sua aprovação por unanimidade e aclamação.

O Presidente da Assembleia Municipal (Senhor Augusto Guégués): Eu estava aqui a trocar umas impressões com um Membro da Mesa, e acho que, na sequência deste voto de pesar, talvez não fosse de mais pedir, de facto, um minuto (1min) de silêncio por ambas as personalidades em causa. Pronto. E depois deste minuto de silêncio, pediria, de facto, à consideração da Assembleia, a proposta do engenheiro Cabral de votarmos por unanimidade - e penso que sim - e por aclamação. Alguém vota contra? Alguém se abstém? Pois, encontra-se, de facto, aprovado por unanimidade e por aclamação. Eu passaria, então, agora a palavra ao Membro Joaquim Manuel visto que estava inscrito.

O Membro Joaquim Esteves : Boa noite. É a primeira vez que eu, nesta Assembleia, falo e é por um assunto que tem sido preocupação da Autarquia que é a Junta de Freguesia de Matriz e dos seus municípios. Tem chegado muitas vezes à Junta a preocupação dos municípios por os cães vadios que deambulam pela vila e, como se sabe, eles, com todos esses malefícios que aí advêm, sendo cães que não têm tratamento, não têm dono, propagam doenças e espalham dejectos. E a Assembleia de Freguesia incumbiu-me, a mim, de me dirigir à Assembleia Municipal, pediu-me para vir à Assembleia Municipal a manifestar essa preocupação grande que as populações sentem pelos cães vadios que existem na vila. Sei

que a Câmara está a tentar resolver o assunto, depois de ter um canil como deve ser para poder recolher os cães que não têm dono, que há muitos, há muitos cães que não têm dono. Agradeço que a Câmara proceda a isso o mais depressa possível porque as pessoas, realmente, queixam-se muito e nós também sentimos, sentimos que os passeios da vila estão todos cheios de dejectos de cães. Outra, outra preocupação que me pediram para fazer chegar é relativa à fiscalização da Câmara, porque as Juntas não têm fiscalização, não é? Relativamente às esplanadas, pois vejo de manhã que muitos deles não limpam as esplanadas na noite anterior e sugeríamos uma delimitação, não precisava de ser estrados, mas uma delimitação qualquer que a Câmara achasse conveniente para delimitar as esplanadas. Os munícipes queixam-se que, em certas zonas, têm de vir para a estrada, têm de vir para a estrada porque está todo o passeio ocupado por mesas. Era esta incumbência que eu tinha de transmitir à Câmara, que estou certo que levará em boa conta essa nossa petição. Obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal (Senhor Augusto Guégués): Faz favor, António Anselmo.

O Membro António Anselmo: Boa noite. Fiquei sensibilizado com aquilo que a Bancada da CDU fez em relação a duas pessoas boas, pelo menos, para o Alentejo e para o país, em geral. E depois, quem escreve uma coisa tão bonita e tão boa, faz um comunicado - a CDU - pedindo a união da Esquerda e falando que houve irregularidades em relação à constituição da Mesa da Assembleia de Voto na Freguesia de São Bartolomeu. As pessoas que homenageámos aqui eram pessoas grandes, pessoas pouco mesquinhas, pessoas que sabiam que podiam resolver as coisas facilmente. A CDU, no comunicado que faz, diz que a irregularidade que houve foi na composição da Mesa, com a complacência da Câmara. Porquê? Porque, diz a Lei Eleitoral que, até ao dia vinte e sete de Maio (27/Maio), neste caso vinte e sete de Maio, deveria a Junta de Freguesia ter reunido com os delegados dos Partidos. Naturalmente que a Junta de Freguesia de São Bartolomeu ligou à Câmara Municipal de Borba várias vezes por telefone, saber quem eram os delegados ou não e soube verbalmente um delegado, penso eu na manhã de vinte e sete (27). Entendo eu, como presidente da Junta de Freguesia de São Bartolomeu, que só faria reuniões com delegados de todas as forças representativas na Assembleia Municipal de Borba. Sabia um, que é o da CDU. O problema de ser uma Assembleia ou uma reunião de delegados feita no dia vinte e sete ou feita no dia vinte e oito (28) era pouco importante. O importante é que houvesse uma reunião com delegados da CDU, do Partido Socialista e do Partido Social-Democrata. Naturalmente, como não foi feita essa reunião na Junta de Freguesia de São Bartolomeu, passou para a Câmara Municipal de Borba que, naturalmente, mandou e compôs a Mesa. A Mesa foi composta por duas pessoas afectas à CDU, por duas pessoas afectas ao PS e por uma pessoa afecta, não faço ideia, a coisa nenhuma. Penso que a forma como correu a Assembleia de Voto em São Bartolomeu foi perfeita. Não entendo pessoas que querem a união da Esquerda, perderem tempo com coisas tão mesquinhas sem necessidade nenhuma de existirem, quando quem fez parte da Mesa da Assembleia de Voto em São Bartolomeu correspondeu perfeitamente àquilo que são os requisitos legais, correu de uma forma exemplar, pessoas da melhor maneira que podiam provar o trabalho delas, que lá estavam a fazer. Lamento que esse tipo de coisas sejam ditas de uma forma - na minha opinião - levianas, quando se querem valores tão altos como há bocado referimos. Perdermos tempo com mesquinhez, penso que é uma coisa muito triste. A Lei é a Lei e, naturalmente, que eu, como Presidente da Junta de freguesia de São Bartolomeu, assumo todas as irregularidades que fiz, estou cá para isso. Agora, essas pessoas que têm a coragem de escrever coisas bonitas, têm a capacidade de escrever coisas bonitas, que eu acredito que são concretas, que são sentidas, deviam perder um bocado menos de tempo com coisinhas pequeninas como aquelas que escreveram relativamente às irresponsabilidades em São Bartolomeu. Para já, é o que digo, só.

O Presidente da Assembleia Municipal (Senhor Augusto Guégués): Eu passaria a palavra à doutora Filipa.

O Membro Filipa Almeida : Eu não queria, não tinha nenhuma, nenhuma intenção de intervir sobre este assunto, nenhuma mesmo. Acho que este assunto foi tratado pelos canais normais legais, não tinha nenhuma intenção de o trazer à Assembleia Municipal, mas o senhor Presidente da Junta de São Bartolomeu, mais uma vez conseguiu, não estragar o momento importante de unidade em relação a uma matéria que acabou de passar, mas até quer fazer, até quer fazer, estabelecer ligações entre as duas coisas e não têm nenhuma ligação. Mas já que o assunto veio à baila, eu quer dizer com todas as letras:

irresponsabilidade da Junta de São Bartolomeu, do Presidente da Junta de São Bartolomeu sim; leviandade do presidente da Junta de São Bartolomeu sim e a ilegalidade do Presidente da Junta de São Bartolomeu sim. Com todas as letras, muito mais do que está no comunicado do PCP porque o senhor Presidente da Junta não pode entender quem é que são as pessoas que deve pôr na Mesa da Assembleia de Voto. O senhor Presidente da Junta só tem uma obrigação, só tinha uma obrigação, era convocar a reunião de delegados de acordo com o que estava estipulado na Lei Eleitoral e só tinha que fazer isso; aliás, à semelhança do que fizeram todos os outros Presidentes de Junta do concelho. Não precisamos de ir buscar exemplos ao concelho, a concelhos vizinhos, nem longe. Vamos à Matriz que está aqui dentro da vila de Borba. O senhor Presidente da Junta da Matriz, provavelmente, também não sabia quem eram os delegados e resolveu o problema de uma maneira muito simples, convocou os mandatários - ou melhor - informou os mandatários de que a reunião de delegados era no dia tal, às tantas horas. E, independentemente de ser um delegado de uma força política ou dez (10) delegados - eu não sei agora, eu não contei os Partidos que concorreram às eleições porque não tinham que ser só os que estão representados na Assembleia Municipal de Borba - independentemente de haver um (1) ou de haver dez (10), a reunião tinha que ser convocada. Tinha que ser convocada, não era convocada se o senhor Presidente entendesse. Não era convocada só, ou, ou não deixava de ser convocada por haver um delegado só de uma força política ou porque a Câmara só tinha conhecimento daquele delegado porque a Lei não dá espaço de manobra e eu troquei impressões com o senhor Presidente da Junta de São Bartolomeu na manhã acho que no dia vinte seis (26) ou no dia vinte sete (27). A Lei não dá muito espaço de manobra. A Lei dá aos Partidos a possibilidade de entregar as listas de delegados até um determinado dia e, no dia seguinte, os Presidentes de Junta têm de ter cumprido a Lei convocando as reuniões ou realizando as reuniões. Isto está na Lei, não é culpa de nenhum de nós. Na minha opinião está mal; não devia ser com tão curto espaço de tempo, mas os Presidentes de Junta têm que convocar as reuniões, mesmo não sabendo quem são os delegados, mesmo não sabendo se há delegados. Porque podem convocá-las por edital; põem um edital, a reunião está convocada ou informam os mandatários como fez o Presidente da Junta da Matriz e, se calhar, como outros fizeram. O senhor Presidente da Junta não convocou a reunião, cometeu uma ilegalidade e é uma ilegalidade que não pode ser sanada com uma decisão do Presidente da Câmara, constituindo a Mesa, independentemente das pessoas que lá estavam porque não estão em causa as pessoas, não estão em causa as pessoas. As pessoas que lá estavam, todas as pessoas que faziam parte da Mesa eram pessoas que merecem, com certeza, de todos nós confiança no que diz respeito às funções que estavam a desempenhar. Nem estavam em causa se eram pessoas que faziam parte da lista indicada pelo PS, pela CDU, pelo PSD ou por ninguém ou que faziam só parte da lista de agentes eleitorais, daqueles que se inscreveram para poderem formar a Mesa no caso de não haver acordo entre os Partidos. Agora, nada disto foi feito, isto não foi feito. Não foi constituída a Mesa de acordo com a Lei; não foi feito o sorteio, que era uma segunda possibilidade que a Lei permitia e, portanto, senhor Presidente da Junta, não venha falar na leviandade, porque leviandade houve da sua parte ao não cumprir a Lei em causa. Sobre este assunto, eu não quero dizer mais nada.

O Presidente da Assembleia Municipal (Senhor Augusto Guégués): Eu passaria a palavra, então, ao Membro Paixão. Faz favor.

O Membro António Paixão: Senhor Presidente da Assembleia, respectiva Mesa, senhor Presidente da Câmara, Vereadores, Companheiros, estimado público, a todos muito boa noite. Tenho pena que tenha vindo interromper um diálogo que também me parece que, não sei se, enfim, depois dos esclarecimentos de ambas as partes, seria útil prolongar, mas já lembrámos aqui coisas tristes, mas importantes também para o nosso país e eu atrevia-me agora, senhor Presidente, a relembrar aqui uma coisa, uma alegria que, tudo o que é interessante para o meu país, é interessante para o meu concelho, é interessante para a minha Freguesia, consequentemente, interessante para mim. Eu gostava de me regozijar aqui, em conjunto convosco, houve obviamente, pelo que ontem se passou, também no nosso país, mas acima de tudo no nosso concelho; quem viveu os momentos a seguir ao penalty marcado pelo guarda-redes da Selecção Nacional, quem viveu esses momentos no meio do público que festejava por essas ruas de todas as maneiras, quem teve o prazer de assistir à manifestação, não sei se posso dizer exaltada - não sei se é este o termo, mas agora desculpem-me lá que eu já não tenho termos para isto tudo - de um grupo de habitantes da Freguesia de Rio de Moinhos que, em frente ao ex-Grémio da Lavoura fez um cagaçal do

Diabo, um cagaçal que abafava todo outro barulho que se fazia pela Freguesia, eu não queria deixar de passar este momento sem que esta Assembleia Municipal também tivesse conhecimento, se não o teve de outra forma, pelo menos através de mim. Bem-haja à nossa Selecção Portuguesa, que também é importante aqui para nós trazermos estes momentos. Bem-haja à nossa passagem às meias-finais do Campeonato da Europa de Futebol. Além deste momento que, para mim, foi delirante, gostaria também de trazer aqui a esta Assembleia - Senhor Presidente da Câmara, dirijo-me mais particularmente ao senhor - uma preocupação e trazer aqui, fazer eco, eco da voz das variadíssimas queixas que se me têm apresentado pelos moradores das localidades da minha Freguesia: da Nora e da Ribeira. Elas incidem, essencialmente, sobre o pó, os buracos, aquele constrangimento, aquele sofrimento em que todos eles estão sujeitos, a que todos eles estão sujeitos pela demora, parece-me que, exaustiva daquelas obras. Eu não venho aqui agora trazer as queixas de alguns moradores, nem sequer de vários moradores; trago as queixas de toda a população da Nora, pelo menos da que represento, e da Ribeira. E seria urgente e conveniente e urgente, neste caso, que a Câmara Municipal tomasse algumas medidas que pudessem minorar aquele sofrimento, na medida em que passamos o Verão a passar por constantes buracos; desvia-se daqui, chega-se para o outro e o pó que invade aquelas habitações e os comércios. Pedia ao senhor Presidente alguma atenção; se fosse possível, remediar aquela situação. Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal (Senhor Augusto Guégués): Eu perguntava ao senhor Presidente da Câmara se queria fazer uma intervenção agora ou depois? Há duas pessoas inscritas.

O Presidente da Câmara Municipal : Eu se calhar, faria a intervenção depois do senhor Presidente da Junta que estava a pedir a palavra. Se fosse possível.

O Membro António Anselmo : Pronto. Em relação àquilo que foi dito, acho que o que está terminado, está terminado; mas enquanto eu for Presidente da Junta de freguesia de São Bartolomeu, independentemente desses pormenores que as pessoas ligam, muito pequeninamente, de uma Assembleia ou de uma reunião ou de um pormenor que praticamente não conta para nada, eu entendo que há forças representativas nesta Assembleia e os delegados dessas forças devem ser ouvidos sempre em São Bartolomeu. Não estou muito preocupado com os adjectivos e com as qualificações que me fez ali a senhora deputada porque isso é um problema dela ou, não é, não é meu. Agora, digo, sem querer estragar momento nenhum, provavelmente sinto muito mais aquilo que foi escrito do que a pessoa que o escreveu. Lamento quem tenha a qualidade e a capacidade de escrever um documento tão bonito e tão grande que eleva tanto Portugal e as pessoas, tenha a pequenez de fazer coisas como essas que fez, coisas resolvidas facilmente. Portanto, também não interessa muita conversa, as eleições passaram, correu tudo muito bem em São Bartolomeu e enquanto eu lá estiver, não-de correr bem. Era só isso.

O Presidente da Assembleia Municipal (Senhor Augusto Guégués): Engenheiro Cabral.

O Membro Carlos Cabral : Queria falar sobre as duas intervenções. Queria perguntar, fazer uma pergunta primeiro que é o seguinte. Se o senhor Presidente da Junta de São Bartolomeu cometeu alguma ilegalidade, gostaria saber se há alguma queixa apresentada ao Ministério Público quanto à ilegalidade, para meu esclarecimento. Segundo aspecto, queria falar sobre o futebol e a política. Evidentemente que eu gosto muito de futebol, e fico contente quando Portugal ganha, mas gostaria de dizer duas coisas. Primeiro, Portugal ainda não ganhou nada, faltam ainda dois (2) jogos para ganhar e, segundo, esta onda que varre o país de vermelho e verde, com bandeirinhas nos carros e bandeirinhas nas janelas é um patriotismo extremamente barato e extremamente fácil, porque, ligar o fenómeno, o futebol como fenómeno social, hoje em dia, é talvez o único fenómeno já do patriotismo e do nacionalismo barato, porque os outros todos que fariam mais sentido no nosso país são um pouco esmagados por isso. Evidentemente que a Selecção ganhar dá esta onda de alegria, mas é, o futebol é utilizado como também, quer dizer, um escape para esconder os principais problemas do país e teve a sorte de também ser tido um escape para esconder, nesta onda de euforia, os resultados eleitorais das Eleições Europeias onde a Direita coligada tem trinta e três por cento (33%) e, na sondagem de hoje, não chega aos trinta (30), e o Partido Socialista, alcança uma enorme vitória na percentagem e alcança também uma bela vitória no concelho de Borba. Evidentemente que este, o Euro e a onda de euforia à volta das vitórias da Selecção Nacional,

aliás, eu quero dizer que sou contra o Scolari. Acho que o Scolari não percebe nada de futebol, aproveito para dizer isto e ficar escrito em acta. Gostaria também, gostaria também de dizer que, no rescaldo dos resultados das europeias, onde o senhor Primeiro-Ministro, como principal responsável, tem uma derrota assombrosa, somos hoje surpreendidos pela sua promoção - em termos de salário, pelo menos - a Presidente da Comissão Europeia, e à ascensão meteórica do senhor Presidente da Câmara de Lisboa a Primeiro-Ministro. Penso que isto já está confirmado e, se está confirmado, vem aí, além da vitória, no Euro de futebol que vamos à final com certeza, depois destas transformações, um ciclo absolutamente espantoso, quer dizer, de progresso de clarividência de visão de futuro para o nosso país que irá conseguir transformar em pouco tempo a promessa eleitoral do Senhor Doutor Durão Barroso, ou seja, que Portugal se vai transformar. As eleições Europeias foram extremamente importantes, foram uma grande sondagem nacional onde, a Esquerda tem sessenta por cento (60%), mais de sessenta por cento dos votos, o conjunto da Esquerda, e a Direita é reduzida de facto, àquilo que é o seu valor histórico pois sempre foi minoritária em Portugal. As transformações recentes, dos últimos dias, apontam para coisas absolutamente extraordinárias, do meu ponto de vista, que podem ter legitimidade formal e jurídica, mas a que faltará, com certeza, legitimidade política. Estaremos todos cá para ver a próxima semana.

O Presidente da Assembleia Municipal (Senhor Augusto Guégués): E depois desta análise política, passaria a palavra ao Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara Municipal : Boa noite a todos. Bom, eu tive esperança que realmente esta Assembleia fosse curta, até porque hoje está a acontecer em Borba também uma importante manifestação que é o Sarau que está a decorrer na Escola C+S, mas pelos vistos parece que isso, parece que isto se complicou. Bom, em relação à questão dos cães e não sei quê e os buracos deixava-vos isso para as Actividades da Câmara para não estar a gastar mais tempo. Mas em relação a esta situação, até porque, segundo afirmou o senhor Presidente da Junta, a Câmara é avisada num comunicado da CDU, que eu por acaso desconheço e que gostaria que a CDU me fizesse chegar na próxima semana, se fosse possível, esse comunicado. Portanto, eu desconheço esse comunicado. De qualquer maneira, eu não vou passar por cima do facto daquela reunião do senhor Presidente da Junta não ter sido convocada porque isso é uma questão que diz, diz respeito à Junta de Freguesia, mas queria prestar um esclarecimento até porque, se a Câmara é visada, eu queria dizer, mais ou menos, o que é que se passou. E então, o que se passou, eu não tenho, hoje não tenho, até porque não vinha preparado para isto, não tenho aqui as datas, mas o que aconteceu foi que, em virtude do senhor Presidente da Junta não ter convocado a reunião, pode-se proceder a sorteio. Sorteio entre os elementos que são indicados pelos diferentes Partidos. Acontece que a CDU, recebi um fax da senhora deputada Filipa, aliás, da senhora mandatária com vários nomes dentro do prazo legal ao qual eu respondi que não é competência do mandatário indicar nomes, mas sim competência do delegado. Mais tarde recebi, já fora de prazo, foi no sábado, um mail às nove (09:00) da noite, que eu tive oportunidade de ver, um mail do senhor delegado da CDU, indicando nomes. Entretanto, eu, dentro do prazo, ou seja, no último dia em que os delegados podiam ter apresentado nomes - sexta-feira, salvo erro - recebi também uma listagem da delegada do Partido Socialista. Ou seja, dentro do prazo legal, eu só recebi, assinado, portanto, subscrito pelo delegado, um conjunto de nomes da delegada do Partido Socialista. E tinha recebido da mandatária, que não tem competência para indicar nomes, uma listagem fora de prazo, aliás, dentro do prazo e depois uma listagem do delegado, mas fora de prazo. Em face disto, eu decidi que não havia sorteio porque, a haver sorteio, somente deveria considerar aqueles que tinham entrado dentro de prazo e, portanto, eram apenas e só os do Partido Socialista. Entendi que não o devia fazer e, portanto, resolvi nomear e o que é que fiz? Fiz, penso eu, da melhor maneira: fui aos nomes indicados pelo delegado do Partido Socialista e escolhi dois (2) nomes. Fui aos nomes indicados pelo delegado da CDU, escolhi dois nomes e fui à bolsa de recenseamento, salvo erro, bolsa de agentes, não é? Escolhi uma pessoa e foi assim. Portanto, foi tão simples como isto. Eu penso, penso que isto é fazer uma tempestade num copo de água e não estou a ver muito bem onde é que esteja aqui, pelo menos da minha parte, alguma ilegalidade. Se a cometi, foi inadvertidamente, mas de uma coisa estejam conscientes, é que procurei que houvesse equilíbrio entre as diferentes Forças Políticas. Portanto, se escolhi duas pessoas que estavam dentro dos nomes indicados pela CDU; duas indicados pelo P.S. Portanto, estava eu a dizer que, dentro da melhor das intenções, o que fiz foi isto. Portanto, escolhi duas pessoas indicadas pela CDU, da lista e dos nomes indicados pela CDU; duas pessoas dos nomes indicados pelo Partido Socialista

e um da bolsa de delegados das pessoas que se inscreveram.

O Membro Filipa Almeida : Senhor Presidente, eu comecei por dizer que não trazia o assunto. Eu não ia falar nisto, mas depois a gente ouve e tem que responder. É que não estão mesmo em causa as pessoas, nunca estiveram nenhuma das pessoas. Aliás, o Presidente da Mesa de Voto tinha sido um dos nomes indicados pela CDU. Provavelmente, se calhar, tinha sido indicado também por outras, por outras pessoas porque se trata de uma pessoa com experiência, que já esteve várias vezes naquelas funções e, portanto, não estão minimamente em causa as pessoas, nem o Presidente, nem nenhum dos outros quatro (4) elementos da Mesa. E também acrescento, não estão em causa as intenções com que o senhor Presidente da Câmara, as boas intenções com que o senhor Presidente da Câmara tentou resolver um problema que não criou, porque o senhor não criou. Agora, isto foi levantado e naturalmente, como mandatária da CDU, tinha que responder às questões e também não venho, não quero, nem o vou fazer, não venho para aqui discutir um comunicado da CDU ou do PCP. De maneira nenhuma. O que cada força política escreve e torna público é da sua inteira responsabilidade. Terei todo o gosto em fornecer ao senhor Presidente da Câmara, não agora que não tenho, mas terei todo o gosto em lhe mostrar. Não tem nenhuma ofensa, nem pessoal, nem política. Agora, esta questão e para responder ao engenheiro Carlos Cabral, esta questão foi comunicada a quem tinha que ser comunicada, que foi comunicada à Comissão Nacional de Eleições. E naturalmente também sabemos que a Comissão Nacional de Eleições até sugeriu ao senhor Presidente da Câmara o sorteio, um sorteio. E se falarmos de prazos, e eu acabo já, que foras de prazo estava isto tudo desde o início porque isto começou com um problema fora de prazo. Isto começou exactamente porque estava fora de prazo. Portanto, fora de prazo estava tudo já. Até o E-mail que eu lhe mandei na noite de sábado, que eu não, que o delegado mandou, mas foi do meu computador que lhe mandou na noite de sábado também estava fora de prazo, como estavam as outras diligências fora de prazo. E o senhor Presidente teria que, teria que resolver o assunto fora de prazo. Agora, estas coisas valem pelo que valem e não tiveram consequências de maior. Eu não percebo nada de futebol; não sei se o Scolari é bom, se é mau, mas utilizando uma expressão que se utiliza muito no futebol, aqui também não valia a pena mexer mais no assunto para não beneficiar o infractor e o infractor aqui não sei quem era, se calhar não era ninguém. A Mesa foi constituída, cumpriu as suas funções, mas que isto fique também para futuro, porque eleições, não há só estas, se calhar vai haver mais cedo do que pensamos, mas logo se verá, não sei. Com o que para aí vem, com o que para aí vem, que isto fique para de futuro porque, num concelho tão pequeno, com quatro (4) Juntas de Freguesia, eu só faço um apelo, senhor Presidente da Câmara, se puder, se tiver alguma influência, tente fazer com que os Presidentes de Junta tenham comportamento semelhante e que todos cumpram a Lei da forma como ela está.

O Presidente da Câmara Municipal : É só dizer que, dentro do Partido Socialista, é mesmo assim e, portanto, não posso obrigá-los, não é?

O Presidente da Assembleia Municipal (Senhor Augusto Guégues): Então, não temos mais inscrições. Vamos dar por encerrado o "Período Antes da Ordem do Dia" e vamos passar para o "Período para Intervenção do Público".

PONTO DOIS: Período para intervenção do público:

O Presidente da Assembleia Municipal (Augusto Guégues): Eu pedia ao público, que quiser usar da palavra, que fizesse a sua inscrição. Então, eu daria a palavra ao membro do público senhor Crispim. Era favor identificar-se.

O Senhor Crispim Consolado : Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, senhores deputados, minhas senhoras e meus senhores. Bom, o que me traz aqui é o seguinte. Por deliberação desta Assembleia Municipal, que data de vinte de Fevereiro (20/FEV) do corrente ano, foi deliberado enviar-se uma Providência Cautelar - penso que é assim que se chama - ao Delegado do Ministério Público acerca do litígio que foi criado, como os senhores bem sabem, pelo actual presidente da Direcção da Adega de Borba. Como até à presente data não tive a mais pequena informação e já lá vão decorridos quatro (4) meses, desloquei-me a Évora para falar com a senhora doutora jurista desta Câmara;

não fui feliz porque não se encontrava no seu consultório. Isso levou-me a pedir ao senhor vereador Artur Pombeiro, o qual me recebeu e fez todas as diligências, mas não foi melhor sucedido que eu porque não conseguiu, telefonicamente, contactar com a senhora. Nestas circunstâncias, parece que o assunto está travado porque não tenho informação alguma. Eu pedia à Excelentíssima Assembleia Municipal o favor de me informar o que é que eu terei a fazer para isto avançar um pouco mais porque contrário, penso eu que isto possa cair até no esquecimento, o que não seria justo. Mas cumpre-me informar mais o seguinte, por requerimento feito pela senhora jurista da Câmara, isto já em Março do corrente ano, enviado à DRAL, que é uma repartição do Ministério da Agricultura, eu pedia autorização - se me permitem - para dar umas fotocópias desse ofício que eu considero insólito pela resposta que é dada. Em minha opinião, só uma repartição estanque, forte e de inutilidade nacional pode dar uma resposta desta. Eu não a vou ler porque, se me permitem, vou dar a fotocópia e os senhores, mais esclarecidos que eu, irão, certamente, tirar uma ilação. Muito obrigado. Tenho dito.

O Presidente da Assembleia Municipal (Senhor Augusto Guégués): Então, eu daria a palavra, neste momento, ao segundo membro inscrito do público, o senhor Ratinho.

O Senhor Francisco Ratinho : Boa noite, senhor Presidente da Assembleia Municipal. Boa noite, senhor Presidente e senhores deputados. Muito boa noite a todos. O meu assunto que me traz aqui é dizer ao senhor Presidente e ao senhor Vereador a ver se não continuam as situações que se têm dado naquela travessa à frente do Palácio dos Melos. De vez em quando, nos sábados e domingo, está aquela travessa cheia de lixo. Faz hoje oito (8) dias que puseram o lixo no chão na parte da tarde; puseram no sábado todo o dia; puseram no domingo todo o dia. Quando foi na segunda-feira, às quatro (04:00) da tarde, ainda quase que havia ali lixo. Eu peço ao senhor Presidente e ao senhor Vereador se podem evitar esta situação porque aquilo é um escândalo naquela travessa. É só isto que tinha para dizer e obrigado.

O Presidente da Câmara Municipal : Bom, então, se me permitem, queria apenas dar um breve esclarecimento. Bom, em relação à questão do lixo junto aos MOLOC'S, deixava-vos isso, eu deixava isso para o Vereador Artur. Relativamente à questão que foi aqui referida pelo senhor Crispim, em relação à Providência Cautelar, aquilo que ficou combinado e, portanto, eu neste momento já passou algum tempo e, a partir do momento em que as coisas são encaminhadas, às vezes saem debaixo da minha alçada, sei que o assunto foi encaminhado para a jurista da Câmara; aliás, logo a seguir, porque ficou aqui combinado que eu interferiria junto da jurista para atender o senhor Crispim. Ele foi atendido pela senhora jurista; aliás, passadas uma ou duas semanas, encontrei o senhor Crispim e ele manifestou que a senhora tinha sido extremamente simpática e que o tinha esclarecido perfeitamente, finalmente, tinha sido esclarecido pela senhora e, a partir daí, eu perdi o fio à meada. Portanto, a partir daí, eu não sei o que é que se passou, nem como é que se passou, não é? De qualquer maneira, aquilo que posso prometer é que, na próxima semana, a senhora jurista vem cá - salvo erro - não sei se é na segunda, se é na terça-feira, e incumbo, desde já, o senhor Vereador de contactar, de a contactar no sentido de ver qual é o ponto da situação relativamente ao assunto apresentado do senhor Crispim. Muito obrigado.

O Vereador Artur Pombeiro : Boa noite, meus senhores. Boa noite aos deputados. Boa noite à Mesa. Devo dizer ainda, só para completar a intervenção do senhor Presidente em relação ao senhor Crispim que já informei o senhor Crispim Consulado do dia em que a jurista vai vir e, portanto, o senhor Crispim quer, efectivamente, ter um contacto com a jurista e está informado já dessa data. Em relação à intervenção do senhor Francisco Ratinho, devo dizer que, infelizmente, essas coisas acontecem. Os contentores, por vezes, vazios ou meios e o lixo depositado; bem como outra coisa ainda muito mais grave e que provoca ainda mais as questões do ambiente e até de saúde, que é a questão de, ainda hoje, as pessoas levarem lixo que não é lixo; e despejarem o balde para o contentor. Infelizmente, essas coisas acontecem e nem sempre é fácil à Câmara e, muito menos ao Presidente e ao Vereador, de facto, tomarem algumas medidas nesse sentido para evitar, mas infelizmente isso sempre aconteceu, está acontecer neste momento e, certamente, ainda continuará acontecer daqui para a frente. Porque é impossível controlar aqueles que, sem qualquer instrução, utilizam, de facto, os contentores. Os contentores na sua própria tampa, têm as normas de utilização ainda para aqueles que se esqueçam de o utilizar em condições, mas a verdade é que o depósito de lixo enviados, esse sim, preocupa-me bastante e preocupa-me mais ainda que um contentor se encha e

haja lixo ao pé. É evidente que isso provoca e faz mal a quem está perto dos contentores e eu compreendo perfeitamente essa sua, a sua questão apresentada. Senhor Ratinho, nós, despejar o balde para os contentores, como eu já tenho visto, isso é que infelizmente não se deve fazer porque há situações e situações. Se é complicado o lixo empacotado, muito mais complicado é despejar baldes para dentro dos contentores e isso está, efectivamente, a acontecer. Registámos essa nota com os nossos próprios olhos verificamos que isso foi, efectivamente, verdade em dois (2) dias. Agora, há situações que, se o lixo, de facto, continuar a aparecer naquele sítio, teremos é que aumentar a capacidade do contentor.

O Presidente da Assembleia Municipal (Senhor Augusto Guégués): Eu introduzia aqui talvez um esclarecimento em relação ao senhor Crispim, ainda em relação à Providência Cautelar que foi o seguinte, nós não deliberámos aqui, em Assembleia - penso eu - nenhuma Providência Cautelar. Aquilo que nós dissemos, e por intervenção de alguns dos membros da Assembleia, é que havia caminhos legais, digamos, para tratar do assunto e uma delas saiu precisamente a apresentação dessa Providência Cautelar, com o apoio dos técnicos da Câmara e até penso que alguém se disponibilizou para acompanhar. Portanto, não se trata de uma aprovação da Assembleia Municipal. Penso que este esclarecimento era importante e era imperioso que se fizesse. Senhor Crispim.

O Senhor Crispim Consolado : Recordo o senhor Presidente da Assembleia Municipal que está exarado na acta datada de vinte de Fevereiro (20/FEV) do corrente ano. Lá está textualmente definida a situação e o carácter da deliberação onde a Câmara também tomava parte activa; se comprometia no aspecto económico, com as despesas judiciais. Está exarado na acta de vinte de Fevereiro. Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal (Senhor Augusto Guégués): Então, eu passaria a palavra ao membro Jerónimo, talvez, para esclarecimento da situação.

O Membro Jerónimo Cavaco : É muito rápido. Eu penso que há duas situações aqui. Aquilo que eu me recordo dessa Assembleia Municipal em que o senhor Crispim nos trouxe, inclusive, alguma fotografias daquilo que estava a acontecer com os depósitos instalados pela Adega Cooperativa de Borba, foi aqui discutido e foi aqui lamentado que essa situação estivesse, de facto, a acontecer e foram referidas duas hipóteses que era, efectivamente, o caminho legal e o caminho da comunicação solicitando aqui ao Presidente da Câmara Municipal de Borba que utilizasse a sua intervenção junto da Direcção da Adega Cooperativa de Borba. Não me recordo; no entanto, há uma acta e essa acta deve ser revista porque não me recordo de que esta Assembleia tenha deliberado que se apresentasse uma Providência Cautelar. Aquilo que eu me recordo e, de facto, eu lembro-me de ter sido, eu e outros membros a referir, é que havia caminhos legais, entre os quais, uma Providência Cautelar que eu questiono, nesta altura, a sua utilidade, uma vez que os depósitos já estão instalados, mas em todo o caso, é uma questão legal que terá que ser discutida e averiguada. Não me recordo, efectivamente, de ter decidido que esta Assembleia, ou melhor, que esta Assembleia tenha deliberado que devesse ser apresentado uma Providência Cautelar porque eu penso que são situações completamente distintas, até porque nós não temos competência para o fazer. Senhor Presidente, se me permite só, eu acho que era importante nós podermos verificar a acta para não haver mais equívocos e ficar a situação resolvida, efectivamente, aqui e hoje.

O Membro Carlos Cabral : Eu queria pedir, primeiro, ao senhor Crispim que desse também a cópia do documento que mandou para o Ministério da Agricultura, para a DRAL do Alentejo. E face a essa resposta absolutamente insólita onde se vem com uma declaração de mil novecentos e noventa e seis (1996), de um Director Regional da Agricultura que até já está reformado. Eu queria propor que este assunto, parecendo de menor importância, assumia a importância no relacionamento dos órgãos do Estado com o cidadão; que a Assembleia Municipal mandasse cópia disto tudo da outra cópia do senhor Crispim mais estas duas cópias para o senhor do Ministro da Agricultura, para o senhor Provedor da Justiça com um texto em que pergunte se é assim que se responde aos cidadãos, a um cidadão que faz um pedido ao Estado. É porque isto, a gente deixa passar estas pequenas coisas e isto é o pior que existe em Portugal; são os pequenos poderes, é o tipo que se está burrifando para tudo e que manda fazer uma fotocópia de uma coisa de mil novecentos e noventa seis (96) para responder a um problema de dois mil e três (2003). Isto é Portugal no seu pior, e logo, se a gente deixa passar isto, isto é uma coisa verdadeiramente

impressionante. "Decorrente da vistoria efectuada", quem assina isto tem a coragem de escrever que o licenciamento decorre de uma vistoria efectuada ao estabelecimento em doze de Março de mil novecentos e noventa e seis (12/MAR/1996). Isto é uma coisa absolutamente espantosa. Eu escrevo para o senhor Provedor da Justiça, para o senhor Ministro. Não há problema.

O Membro Jerónimo Cavaco : Primeiro que tudo, falta-me aqui uma página, que é a página cinco (5) ou a acta foi mal numerada, mas em todo o caso, porque eu não sei quem está a usar da palavra nesta altura porque falta a página cinco, mas em todo o caso o que aqui se diz e não é o senhor Crispim Consolado que aqui vem, são cinquenta (50) moradores que, certamente, foram os que assinaram, ou são mais, mas os que assinaram, pelo menos, estão com ele neste protesto. A minha proposta vem de encontro àquilo que já foi dito e que é o pedido, e que é pedir até pelos moradores é que, de imediato, a Câmara patrocine juridicamente e com custos financeiros que aí advirão, que a Câmara patrocine as acções que os moradores tiveram que encetar com a Adega Cooperativa, contra a Adega Cooperativa - contra a Adega não - contra a esta situação, contra esta posição da Adega porque ninguém, certamente, neste concelho, ninguém está contra a Adega e muito menos contra o vinho, o bom vinho que ela produz, mas não se trata disso. Trata-se de um conflito de interesses; como também já foi dito aqui pelo engenheiro Cabral, é um conflito de interesses difícil. É um conflito de interesses que os Tribunais vão ter de avaliar que há-de ter uma solução, se calhar, daqui por pouco tempo, mas a minha proposta e a proposta dos eleitos da CDU, que, se calhar, é a proposta de todos - penso, não sei - é que a Câmara assuma o patrocínio jurídico com as consequências que daí advêm relativamente a este assunto. Portanto, eu não vejo expressamente aqui aquela questão que, de facto, estávamos a discutir.

O Presidente da Assembleia Municipal (Senhor Augusto Guégués): Então, parece-me que estamos no momento de pôr à consideração da Assembleia a proposta efectuada pelo senhor engenheiro Cabral.

O Membro Carlos Cabral : Ainda por cima, o requerimento foi efectuadao.

O Membro Jerónimo Cavaco : Foi efectuadao.

O Senhor Crispim Consolado : Pronto. A senhora doutora jurista - como já disse - foi a autora do requerimento. Disse-me: "Escreva lá" e depois de devidamente instruído eu assinei, não fique com cópia alguma, mas tenho na minha mente as partes principais. O que é que a senhora jurista punha a essa, a essa entidade chamada DRAL? Punha-lhe o seguinte, perguntava se tinham sido eles que tinham dado a autorização para instalar aqueles monstros que lá temos junto às nossas residências e, em caso negativo, e em caso negativo, que informassem qual foi a entidade que deu essa, essa aprovação. A resposta é essa que os senhores conhecem. Vêm-se reportar a noventa e seis (96), uma coisa que não tem ligação alguma. É tudo o que eu tenho a dizer. Muito obrigado.

O Membro Filipa Almeida: Se calhar, também não vou ajudar, mas agora pedia, acho que é do senhor Crispim este exemplar da acta que também não tenho aqui. Mas sinceramente, não, não é aproveitar este momento para lançar mais confusão, mas não é por acaso que os senhores têm reparado que nós temos votado contra as actas. Não é por termos nada contra o que lá se diz porque o que se diz é a transcrição do que nós dizemos aqui. O problema depois é este, é que agora ninguém sabe qual foi a deliberação da Assembleia porque não houve deliberação nenhuma. Segundo a acta, segundo a acta. Intenções, já todos falámos delas, mas agora fala-se da Providência Cautelar; fala-se da Câmara assumir o patrocínio jurídico. Não há deliberação desta Assembleia porque falámos todos; o Jerónimo diz e muito bem, não se sabe quem é que estava a falar, mas, pelo texto, era alguém da CDU porque falta a página cinco (5). Depois fala o membro Mário de Deus, depois fala o senhor Presidente da Câmara, depois fala o doutor Luís Nascimento, depois o senhor Presidente da Mesa da Assembleia diz: "Bom, como não há mais inscritos, iríamos dar por encerrado o ponto dois (2): "Período para a Intervenção do Público" e, sobre este assunto, não há decisão da Assembleia e sobre isto, e este ponto da Ordem de Trabalhos é igual a todos os outros da Ordem de Trabalhos. Não há decisões; quando se trata de assuntos que não são propostos pela Câmara, não há decisões. Há transcrição das intervenções, depois não há decisão da Assembleia e depois chegamos aqui, é muito difícil saber o que é que nós, na realidade, decidimos porque depois não se cumpriu nada.

O Membro Mário de Deus: Muito obrigado e boa noite a todos. Eu, eu não estava com grande vontade de intervir, até, aliás, estava como o Presidente da Câmara, estava a pensar que isto hoje era rápido e escurrito. A doutora Filipa Almeida está, sei que está apostada que isto não acabe cedo. Nunca nenhum assunto tratado na intervenção, no tempo de intervenção do público teve nenhuma deliberação. Portanto, na acta não está e, se estivesse alguma deliberação da Assembleia em relação a uma intervenção do público, estava mal. Portanto, isto é mesmo vontade também de fazer conversa. Obviamente que as actas, vimos tratando há tantos anos das actas, as actas são sempre uma coisa subjectiva, como tudo na vida é. Se são, se se aproximam da realidade, se fica uma transcrição da realidade, têm o defeito que têm. Se, se fazem resumos ou se fazem sínteses, é de quem as faz, obviamente. Portanto, doutora Filipa, perdeu uma óptima - em meu entender - perdeu uma óptima ocasião de estar calada. Agora, de fundo, de fundo, fica-me esta questão, senhor Presidente da Câmara, que também perdeu uma óptima ocasião de estar calado. É a Câmara que tem que pedir à jurista que se empenhe porque andar aí; a questão de fundo, mesmo a questão que o Carlos Cabral aqui detectou que é, de facto, uma coisa preocupante. Se algum serviço responde assim, é preocupante, mas pronto. A questão de fundo é a questão de fundo, não é? Tratam-se as coisas como devem ser tratadas e penso que a jurista não tem também autonomia, ela, para decidir se anda com isto ou não anda com isto. Se a Assembleia solicita ao senhor Presidente da Câmara, de forma mais empenhada possível, exija que a senhora jurista siga este caso com deve, como tem que seguir. Ouça os cidadãos, receba os cidadãos, fale com eles e, se tiver que apresentar aquilo que tiver que apresentar, que apresente. Obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal (Senhor Augusto Guégués): Bem, eu perguntaria, depois desta recomendação feita pelo professor Mário, se podíamos passar à frente e talvez introduzir aqui um pequeno intervalo talvez de cinco (5) a dez minutos (10min) e depois reiniciaríamos então os trabalhos do Período da Ordem do Dia.

PONTO TRÊS: Período da ordem do dia:

PONTO TRÊS PONTO UM: Análise conducente à aprovação da acta nº 17, da sessão de 25 de Abril de 2004.

O Presidente da Assembleia Municipal (Senhor Augusto Guégués): Algum silêncio na sala para podermos reiniciar os pontos da Ordem de Trabalhos da Assembleia Municipal. E o primeiro ponto do Período da Ordem do Dia trata-se da: "Análise Conducente à Aprovação da Acta número dezassete (n.º17) da Sessão de Vinte e Cinco de Abril de dois mil e quatro (25/ABR/2004)". Em relação à acta, eu pedia, se houvesse alguma inscrição. Senhor Luís Nascimento.

O Membro Luís Nascimento : Senhor Presidente, é só aqui clarificar uma situação que é, a Ordem de Trabalhos, o senhor Presidente disse que era a acta número dezassete (n.º17) e no cabeçalho vem a acta número dezasseis (n.º16). É só uma questão, só uma questão de correcção que era para não haver depois quaisquer dificuldades.

O Presidente da Assembleia Municipal (Senhor Augusto Guégués): Pronto. Então, trata-se da correcção é a dezasseis (16) e não dezassete (17). Senhor Jacinto Mouquinho.

O Membro Jacinto Mouquinho : Boa noite. Eu, eu estou a ver que não estou bem recebido nesta Assembleia. Já é a segunda vez que não vejo o meu nome aqui na, na acta, é porque não sou bem recebido, está visto. Eu não sou assim tão pequenino que não, que não me vejam. Se chamam por mim, eu respondo. Quem é que lê essa, essa gravação, se calhar, ainda é mais analfabeto do que eu. É isto que tenho a dizer.

O Presidente da Assembleia Municipal (Senhor Augusto Guégués): Pronto. Mais uma vez, temos que fazer a correcção das pessoas presentes. Senhor engenheiro Cabral.

O Membro Carlos Cabral : Uma pergunta: é se ainda tenho alguns dias para emendar a acta ou, ou se já não é possível. Eu penalizo-me porque eu recebi, de facto, a gravação, como eu não falei por escrito, mas

não tive tempo para emendar e agora aqui ao ler. Está aqui, não. É que, além de muitos erros de português, de nomes e não sei quê, tem aqui algumas coisas que não era; logo, queria perguntar se é ainda possível de emendar ou não.

O Presidente da Assembleia Municipal (Senhor Augusto Guégués): Esta Assembleia era para fazer aprovação desta acta, não é?

O Membro Carlos Cabral : Sim senhor. Então, se não é possível, quer dizer, não há nada a fazer. Os arquivos históricos, pá, daqui a cinquenta (50) anos, historicamente, depois verá que havia aqui um gajo que só dizia disparates, mas isso também não é grave.

O Presidente da Assembleia Municipal (Senhor Augusto Guégués): Então, atendendo a que o senhor engenheiro Cabral prescinde das correcções, iríamos passar, então, à votação. Quem vota a favor, levante o braço, se faz favor. Quem vota contra? Que se abstém? Portanto, a acta é aprovada por maioria.

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Eleição de um membro da Assembleia Municipal para integrar a Comissão Municipal de decisão sobre o licenciamento comercial.

O Presidente da Assembleia Municipal (Senhor Augusto Guégués): Então, passaríamos ao segundo ponto do Período da Ordem do Dia que se trata da "Eleição de um Membro da Assembleia Municipal para Integrar a Comissão Municipal de Decisão sobre o Licenciamento Comercial". Penso que esta eleição tem que ser por voto secreto. Nós já temos aqui os boletins de voto preparados; vamos efectuar a distribuição e depois vamos proceder à contagem. Então, começaríamos pelo senhor engenheiro Carlos Cabral, faça favor de votar. Mário de Deus, doutora Maria Filipa Almeida, António Moura Proença, Rui Bacalhau, António Luís Andrade, Ivone Espiguiinha, Diogo Sapatinha, Augusto Guegués, Moura Lopes, Francisco Mendes, Norberto Alpalhão, Luís Nascimento, Jerónimo Cavaco, Joaquim Manuel Esteves, António Anselmo, António Paixão, José António Dias e, por fim, como os últimos são os primeiros, o senhor Jacinto Mouquinho.

O Senhor António Proença : Boa noite. Antes de tudo, que eu ainda não tinha falado hoje. Mas queria, então, anunciar o resultado da votação que foi o seguinte: seis (6) votos brancos, um (1) voto em António Paixão, um (1) voto em José Dias e onze (11) votos em António Anselmo.

O Presidente da Assembleia Municipal (Senhor Augusto Guégués): Depois desta votação, com estes resultados esmagadores e sem equívocos, passaríamos então ao terceiro ponto que será a "Apreciação da Actividade da Câmara e a Situação Financeira".

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Apreciação sobre as actividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.

O Presidente da Câmara Municipal : Obrigado. Bom, em relação à informação, situação financeira, quero-vos dizer, mais uma vez, que, infelizmente, não houve grandes melhorias em termos de capacidade de endividamento, e também de relatório, não houve melhorias até porque temos uma situação, neste momento, muito complicada que é a técnica que tratou de todo, de todo este processo, neste momento, está com licença, teve um problema de parto e, portanto, parto prematuro e está a levantar algumas dificuldades, mesmo em termos de implementação do próprio POCAL. Temos apenas um técnico, era a técnica que estava exclusivamente a tratar deste assunto. Esperemos que esta situação venha a melhorar, a situação a melhorar de duas maneiras, não só em termos de relatório, mas também em termos de saúde da senhora. Em relação à Actividade da Câmara, propriamente dita, portanto, ela aparece no relatório, mas de qualquer maneira eu respigava, se calhar, algumas das actividades mais importantes que me parecem dignas de algum, portanto, de algum relevo. Uma tem que ver com a questão, um assunto que é aí focado e tem que ver com a reunião com o senhor arquitecto José Ramalho da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos do Sul e com o senhor Padre Melo, com o objectivo de tentar transformar a igreja das Servas, a Nave principal, num auditório e o coro baixo e o coro alto serem também aproveitados: o coro baixo para o Museu das Profissões e coro alto para uma Sala de Exposições e, eventualmente, Sala de

Congressos. Também falta aí, e só me apercebi agora a propósito da reunião com o novo Director do CACE - Centro de Apoio à Criação de Empresas de Portalegre e que diz aí no texto que foi distribuído e o Director do Centro Emprego de Estremoz, com o objectivo de ver qual o tipo de empresas a instalar e regras de instalação depois do projecto estar pronto. Naturalmente que me estava a referir - isso falta aí um à parte, quem bateu, esqueceu-se de uma parte do texto - tem que ver com o projecto que foi adjudicado à ADRAL e que tem que ver com a transformação do pavilhão da EXCOABO num ninho de empresas. Depois, referir que também houve uma reunião com comerciantes com o objectivo de tentar criar uma Comissão, ainda que provisória, que servisse de interlocutora entre os comerciantes e a Câmara. Também uma reunião com os representantes de olivicultura, tendo em vista de criar uma empresa que vá dinamizar o sector e também uma reunião com a REFER com o objectivo de retomar aquele processo que tínhamos iniciado relativamente ao aproveitamento da linha-férrea como eco-pista e das instalações da CP, portanto, tendo em vista que elas não se degradem ainda mais e foi uma reunião, foi feita comigo e depois envolvi a Câmara de Vila Viçosa e Câmara de Estremoz, portanto, com o objectivo de fazermos um projecto inter-municipal que vá dinamizar tudo isto. Também de referir a reunião com o senhor Director Geral dos dos Serviços de Registos e Notariado, e com o senhor Director dos Serviços de Registos e Notariado, tendo em vista a resolução e adaptação, portanto, do actual edifício que vai sofrer algumas alterações em virtude da privatização dos Notários. A situação está praticamente ultrapassada e espera-se que, no mais curto espaço de tempo, as obras se reiniciem. Aliás, houve uma proposta destes serviços até, no sentido de serem eles a construir o edifício. O que, para a Câmara, me parece que é benéfico e depois ser deduzido na renda, portanto, na renda que eles têm que pagar. Para nós, é óptimo, portanto, escusava de ser a Câmara a despender do capital da construção. Espera-se, aguarda-se, neste momento, a decisão do senhor Secretário de Estado, mas sei que há pareceres favoráveis de todos aqueles que estão abaixo dele. Também uma reunião com o senhor Presidente da CCDRA e aqui a situação é uma situação mais delicada, que tem que ver com projectos em curso e projectos que, eventualmente, se queiram, que a Câmara de Borba queira candidatar aos Fundos Comunitários até dois mil e seis (2006). Portanto, nesta situação, após as reservas de eficiência, ver quais são as disponibilidades para as autarquias. Mas dizer-vos que há uma certa tendência para - em minha opinião - para travar, pois as coisas não estão a funcionar bem. Portanto, há qualquer coisa, ao nível dos órgãos regionais, não sei se são directrizes do Governo Central, mas não há dúvida que há uma certa tendência para retracção em termos de investimento, o que é preocupante, não só para a Câmara de Borba, como para, enfim, para todas as Câmaras. Já agora, queria-vos também distribuir, porque chegou uma proposta prévia de ordenamento da equipa que está a elaborar o PDM, a proposta prévia do ordenamento que eu queria distribuir e que, se assim o entenderem, me façam chegar todas as sugestões possíveis que tenham, após a leitura. Dizer-vos que é uma proposta prévia, portanto, está aberta a variadíssimas alterações. O que está aqui é apenas a parte escrita, mas a parte de mapas, depois, está à disposição para quem quiser consultar, portanto, passe pelos serviços e consulta. E, para já, ficava por aqui. Dava a palavra ao senhor Vereador, se o senhor Presidente permitir.

O Vereador Artur Pombeiro : Portanto, em relação às minhas actividades, elas vêm, de facto, aqui descritas e eu não iria repetir, de facto, o que está aqui escrito e que os senhores, certamente, já leram. Colocar-me-ia à vossa disposição para qualquer questão que, efectivamente, queiram colocar. Na outra parte e respondendo aqui, de facto, a uma questão colocada aqui pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia Matriz, devo-lhe dizer que comungo, efectivamente, da sua preocupação; não só em relação aos cães abandonados na via pública, mas também à fiscalização sobre as esplanadas. Quanto à questão de cães, os cães têm vindo a ser apanhados regularmente; quase, praticamente, mensalmente e, ainda na última vez que foi efectuada recolha de cães, algumas pessoas nos contactaram que andávamos a apanhar os animaizinhos. A verdade é que esses animaizinhos, por vezes, não se conseguem identificar se são de pessoas que os deitam à rua de manhã e à noite os recolhem, se são efectivamente cães que andam abandonados. Normalmente, nós detectamos os cães abandonados pelo facto de irem comer a vários sítios onde lhe dão: nomeadamente, nos bairros. Comungamos, de facto, dessa, dessa preocupação, até porque os dejectos dos cães são, efectivamente, cada vez mais na via pública. Estamos já a tratar dessa questão, já temos um levantamento para o equipamento e iremos colocar esse equipamento na via pública de forma a que, quem passeia os cães à trela, deve efectivamente recolher o seu saquinho de plástico, apanhar os dejectos e colocá-los no contentor apropriado para o efeito. Já temos um orçamento para aquisição desse

equipamento e vamos adquiri-lo dentro em breve, como sinalização para o efeito, nomeadamente para os espaços verdes em que os cães se passeiam à trela, só serão autorizados à trela, nomeadamente no jardim municipal. Quanto às esplanadas, senhor Presidente da Junta, é o mesmo, isto é mesmo uma situação que se arrasta; é um hábito que se criou nas pessoas porque o próprio regulamento de esplanadas e, certamente como o senhor Presidente já verificou, chama à atenção do senhor comerciante para esse aspecto. Não só para a ordenação das esplanadas, em termos de se encontrarem ordenadas e recolher diariamente o equipamento, mas também para varrerem diariamente e arrumarem as esplanadas. Efectivamente, isso não se tem verificado e, pronto, é difícil. Terá que ser a fiscalização, de certeza, a reprimir essa situação. Em termos de fiscalização para os cães, pois, o senhor Presidente sabe que isso não é competência dos fiscais da Câmara, em termos de reprimir, de facto, essa situação. Isso é uma competência da Guarda até observar, de facto, se os cães não são identificados, para que possam, de facto, aplicar essas coimas às pessoas que deitam o cãozinho à rua de manhã e recolhem-no à noite. Também a preocupação do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos é a seguinte: buracos. Buracos, é verdade. A questão é que nós temos andado em Rio de Moinhos, de facto, a tapar os buracos que, por força das circunstâncias, se têm que abrir, nomeadamente pela questão de fugas de água. Penso que, em Rio de Moinhos, já estão todos fechados e vêm agora a caminho do Barro Branco para se fazer a mesma coisa. Infelizmente, os canalizadores têm tido muito trabalho nesse sentido. Nós queremos que eles tivessem pouco, mas temos muito. E aqui, no seu devido tempo, de facto, estarão também os buracos da Nora tapados. Estamos a trabalhar para isso, estamos atentos; até porque sabemos que a população está a sofrer com o pó e, quando não sofre nestas questões, quando não sofre e quando não se suja a rua com o pó, suja com a lama. Infelizmente, é assim de Inverno. As ruas onde há rupturas ficam cheias de lama e, no Verão, é pó. É uma coisa que nós, efectivamente, não conseguimos evitar, mas elas acontecem. Temos é que proceder à reparação, efectivamente, dos buracos que nos ficam bastante caros já porque há rupturas e causam prejuízo às pessoas, não só pelo, pelo mau estar das obras, mas também pelas questões de, por vezes, estarem horas sem água ou até, às vezes, dias.

O Vereador Humberto Ratado : Senhor Presidente da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, senhores deputados, boa noite a todos; público em geral também. Quanto às minhas intervenções gostava de salientar aqui que não tive tempo, por motivos também de agenda, de analisar o documento. Amanhã está tudo previsto para iniciar a época balnear nas piscinas municipais e também realçar um espaço inaugurado que todos já tiveram conhecimento, Espaço Internet no Celeiro da Cultura que está a corresponder às nossas expectativas. Neste espaço, estamos a desenvolver cursos - eu diria cursos entre aspas - pronto, dar transmissão de conhecimentos, formação - entre aspas - também não passamos nenhum certificado, mas estamos a tratar; isto, de momento, foi falado com a Associação de Reformados, temos um grupo de pessoas mais idosas a frequentar para aprender, digamos, as coisas básicas: desde o ligar o computador até, eles já estão muito bem encaminhados, já sabem guardar documentos, inclusivamente. Portanto, está a ser muito interessante. Depois, já temos em lista de espera para iniciar também miúdos de cinco (5) a doze (12) anos que não sabem rigorosamente nada. Isto, estamos já a receber também inscrições para, digamos, a partir dos doze anos para a frente, para depois se projectarem novas acções de formação nesse sentido. Portanto, toda a parte que está afectada, os monitores estão a realizar essa formação. Queremos que esteja, que seja um espaço para todos e que não haja aquela restrição do género: "Eu não conheço nada, não sei mexer no computador, não vou para ali". Não. Nós queremos este espaço de manobra para poderem aprender sem qualquer restrição e, então, poderem usufruir, futuramente, desse espaço. Assim como todos também já reparam que é um espaço que está equipado, devidamente equipado e está também equipado para pessoas com deficiência visual. Portanto, o que permite, fomos abranger e queremos abranger toda a população, em geral, para usufruir das novas tecnologias e, pronto. E, de momento, ficava por aqui, guardando alguma sugestão, alguma pergunta por parte dos senhores deputados. Com licença.

O Presidente da Câmara Municipal: Senhor Presidente, se me permite, já agora, porque me parece que o senhor Vereador Artur se esqueceu de um, de um pequeno pormenor em relação aos dejectos dos cães. Primeiro, dizer que, da última recolha que houve, alguns cães que estavam já a dormir, as pessoas ficaram escandalizadíssimas com o facto de estarem a dormir porque lhe estavam a levar o cãozinho que era dela, não é? Ou seja, delas, deles. Portanto, são pessoas que colocam os cães na rua de manhã e recolhem-nos à

noite e, portanto, as coisas não podem ser feitas desta maneira porque quem tem animais tem, de facto, que os ter e tem que zelar por eles, naturalmente. Relativamente aos dejectos, aí a situação já é mais difícil, não é? Portanto, nós não podemos arranjar fraldas para os cães e, portanto, as pessoas que andam com o seu cãozinho têm que ter o cuidado de, enfim, de resolver o problema dos dejectos, não é? De qualquer maneira, dizer-vos que o Gabinete Verde, o Gabinete Verde da Câmara de Borba tem contactos feitos com uma empresa e penso que está em fase de compra de alguns recipientes que vão ser colocados em locais estratégicos, pelo menos, onde, onde nós encontramos mais pessoas a passear com os seus cãesinhos, que vão ser, vão estar munidos de umas luvas que vão permitir que as pessoas apanhem o dejecto e coloquem no respectivo sítio. Esperemos que isso resulte e que isso minore o problema e que não seja um investimento em vão. Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal (Senhor Augusto Guégués): E depois desta intervenção, aguardamos inscrições dos membros da Assembleia. Senhor António Dias.

O Membro José Dias : Boa noite a todos. Era para perguntar ao senhor Vereador Artur para quando a limpeza das bermas na estrada Orada - Borba. E, já agora, uma palavra de agradecimento em relação a esta Câmara e ao empenhamento que tiveram na organização da II Feira das Ervas Alimentares. Muito obrigado.

O Vereador Artur Pombeiro: Portanto, a limpeza das bermas da estrada da Ourada está prevista e, neste momento, andam a cortar as bermas do caminho para Santiago, quer das estradas, quer as azinhagas e mais silvas e pastos que tinha. Portanto, sabemos que, logo que esteja concluído e à semelhança do ano anterior, a Orada será também contemplada com o corte que, efectivamente, estamos a desenvolver, tal como o ano passado, em todo o concelho. Em todo o concelho.

O Membro António Dias: É assim, eu não perguntei quando é que acabavam. Eu perguntei quando é que começam para poder responder.

O Vereador Artur Pombeiro: Ó senhor Presidente, isso é difícil responder porque, logo que acabem num sítio, começam no outro. Depende da velocidade da máquina.

O Presidente da Assembleia Municipal (Senhor Augusto Guégués): Bom, e depois desta confusão, agradeço a colaboração prestada. Vamos passar à leitura em voz alta da minuta da acta e da sua aprovação. A minuta está aprovada por unanimidade. Está encerrada a sessão.

ANEXOS A ESTA ACTA:

Anexo 1 - Correspondência recebida

Anexo 2 - Correspondência expedida

Anexo 3 - Voto de pesar apresentado pelos membros CDU